



**Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
Diretoria do Programa Nacional de Florestas**

## **Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor**

### **Ata - 9ª Reunião**

#### **Abertura**

Às 09:50 horas do dia 23 de novembro de 2005, no auditório do Hotel Pathernon, em Brasília, Capital Federal, foi dado início à 9ª Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, sob a Presidência de João Paulo Capobianco (JPA) e secretariada por Tasso Rezende de Azevedo (TRA).

#### **1. Apresentação e Aprovação da Agenda [TP-01]**

**1.1. João Paulo Capobianco (SBF/MMA)** abriu a 9ª Reunião da CONAFLORES cumprimentando a todos e solicitando a apresentação dos membros titulares e suplentes para verificação de quorum. Seguiu-se a apresentação dos membros e convidados, os quais se encontram relacionados no anexo 1 desta Ata.

**1.2. Tasso Rezende de Azevedo (SBF/MMA)** solicitou a inversão da pauta da tarde, tratando primeiro da Regulamentação da Cota de Reserva Florestal pela manhã e depois da discussão sobre a Regulamentação do Manejo Florestal à tarde, argumentando que a equipe do Ministério da Fazenda que está envolvido com o tema da cota de reserva florestal não poderia estar até o final da tarde por terem uma reunião com o Conselho Monetário durante a tarde.

**Paulo Sérgio Pellegrini (ABEMA – Nordeste)** solicitou que o tema, descentralização da gestão florestal continuasse em primeiro e fosse resolvido.

**José Rubens Pereira Gomes (Bioma Amazônia)** solicitou esclarecimentos, com relação ao andamento dos procedimentos que o Estado está tomando com relação aos Planos de Manejo da Amazônia suspensos.

**1.3. João Paulo Capobianco (SBF/MMA)** incluiu na pauta, informes sobre a situação dos planos de manejo na Amazônia e solicitou a aprovação da agenda que foi aprovada pelo plenário.

## 2. **Aprovação da Ata da 8ª Reunião [TP-02]**

A palavra foi aberta aos membros:

**José Rubens Pereira Gomes (Bioma Amazônia)** declarou que os Ministérios membros da Conaflor deveriam estar mais presentes nas reuniões, participando mais das de políticas públicas estruturantes de Estado. Afirmou sua posição exemplificando que naquela reunião havia apenas três Ministérios presentes.

**João Paulo Capobianco (SBF/MMA)** colocou que há empenho de vários Ministérios para contribuir com a agenda florestal e com as posições que a CONAFLORE tem levantado e defendido. Declarou também que a participação mais ativa dos Ministérios no Conselho é muito importante e solicitou que fosse providenciado um ofício da Ministra aos Ministérios cuja representação esteja deixando a desejar da Conaflor.

**Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC)** propôs a verticalização da execução das políticas de meio ambiente, mantendo o diálogo entre os ministérios, abstraindo, entretanto, a política da transversalidade, estabelecendo um comando único e centralizado na parte executiva.

**2.1. João Paulo Capobianco (SBF/ MMA)** declarou concordar em parte com as manifestações e ressaltou que não se constroem processos estruturantes, que modifiquem forma de ação do Governo de um dia para o outro. Ressaltou ainda que o Presidente da República ter empossado o CONAFLORE e ter sinalizado claramente a importância dessa Comissão e o fato da Comissão já ter tido muitas reuniões com quorum pleno, com a participação intensa de todos os Ministérios. **JPC** falou também da importância de trazer os Ministérios para trabalhar de forma integrada com o MMA através da transversalidade o que tem trazido avanços.

**2.2. Tasso Rezende de Azevedo (SBF/MMA)** informou que a Diretoria de Florestas têm acompanhado a presença nas reuniões, e que em média, em todas as reuniões do CONAFLORE estiveram presentes 7 ministérios, sem considerar os representantes da EMBRAPA e IBAMA.

**Carlos Adolfo Bantel (SBEF)** solicitou que a fala do Sr. **Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF)** em relação à ciência florestal constasse na ata da 8ª Reunião. Pediu também que a referência feita na página seis em relação a "reunião organizada pela SBEF" seja alterada para "reunião organizada pela APEFERJ, Associação Profissional de Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro".

**Carlos Alberto Dayrell (CAD)** pediu que constasse em ata o motivo do não comparecimento à 8ª. Reunião ordinária da Conaflor, destacando que não foi cumprido o acordo prévio em que esta deveria ter sido realizada no estado do Espírito Santo com participação das comunidades locais, e alegou que, por esse motivo, não sentiu-se capacitado a participar dessa Reunião.

**2.3. João Paulo Capobianco (SBF/MMA)** procedeu à aprovação da ATA da 8ª Reunião com a inclusão das modificações.

## 3. **Informes - 1ª Parte [TP-03]**

### **3.1. Informe PL Gestão de Florestas Públicas (PL 4776/2005).**

#### **3.1.1. Tasso Rezende de Azevedo (SBF/MMA)** (SBF/MMA) procedeu à leitura do Tema de Pauta relativo ao PL Gestão de Florestas Públicas (PL 4776/2005).

A palavra foi aberta aos membros:

**José Rubens Pereira Gomes** (Bioma Amazônia) reafirmou a posição da rede GTA e parceiros com relação à defesa do PL através de moção de apoiando o PL 4776/2005 e solicitou apoio a todos os setores componentes da CONAFLO, no sentido de divulgar a moção e contribuir com comentários em relação a esta.

**Mauro Antônio Moraes Victor** solicitou esclarecimentos sobre a discussão em pauta no Senado sobre o limite máximo de 2.500 hectares para a aquisição de terras e, no caso da concessão florestal, quais seriam as salvaguardas para que existam cotas e parâmetros razoáveis.

#### **3.1.2. Tasso Rezende de Azevedo (SBF/MMA)** (SBF/MMA) explicou que na verdade o tema em discussão no senado seria um dispositivo na Constituição que diz que para você ter qualquer tipo de concessão de terra ou alienação de terra acima de 2.500 hectares, esta teria que ser aprovada pelo Senado. TRF argumentou que este dispositivo não se aplicaria ao Projeto de Lei de Concessão de Florestas Públicas, por esta não se tratar de concessão de terras, más apenas do direito de manejar as florestas sobre elas.

### **3.2. Informe Editais de Assistência Técnica do PNF.**

#### **3.2.1. Tasso Rezende de Azevedo (SBF/MMA)** (SBF/MMA) procedeu à leitura do Tema de Pauta relativo aos Editais de Assistência Técnica do PNF.

**Paulo Sérgio Pellegrini** (ABEMA–Nordeste) relatou que os quadros institucionais, principalmente na Bahia, estão ainda sendo citados como Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, porém os convênios estão sob a execução hoje da Secretaria de Meio Ambiente, inclusive o PRONAF, foi assinado originalmente pela SEMARH. Pode ter sido começada a negociação pela SEAGRI.

Paulo Sérgio Pellegrini solicitou esclarecimentos sobre a linha do FNE Verde, e que fosse estabelecido um dialogo do MMA, Ministério do Desenvolvimento com o Banco do Nordeste para que os empresários e produtores que investem em florestas no estado possam conseguir os financiamentos com mais agilidade e menos burocracia, visto a importância da atividade florestal para a Bahia. Este citou também que no ano de 2005 foi pleiteado quase 30 milhões de reais, que provavelmente não seriam conseguidos em tempo, atrasando o plantio de 2005. Segundo Paulo Sérgio Pellegrini este tipo de atitude por parte do Banco do Nordeste tem levado os empresários a buscar recursos em outras fontes, inclusive no DESEMBAHIA que é um repasse também do FNE Verde.

**José Rubens Pereira Gomes** (Bioma Amazônia) mencionou a 5ª Oficina do Pró–manejo em Belém, e informou fazer parte da Comissão

Executiva e de apoio, representando o GTA. Citou ainda o fato do Pró-Manejo estar terminando e que existe a expectativa de que o CENAFLOR seja parte de uma política estruturante que poderia ser um legado desse governo. Falou também que o CENAFLOR deveria ser montado com um grupo que pudesse, efetivamente, propiciar às comunidades acesso à capacitação e a assistência técnica e disseminar o manejo florestal.

José Rubens Pereira Gomes ainda perguntou sobre a possibilidade de haver o "Pró-Manejo dois", ou outro programa nos mesmos moldes com outro nome. Este encerrou sua fala ressaltando a necessidade de investimento social na Amazônia através de financiamentos de projetos como os do Pró-Manejo.

**3.2.2.Tasso Rezende de Azevedo** (SBF/MMA) declarou que foram contratados novos técnicos para o CENAFLOR, possibilitando ao IBAMA ter corpo técnico próprio. Tasso também comentou sobre o início das obras da sede.

Quanto ao Pró-Manejo, TRA declarou que houve a sinalização positiva da KFW, da cooperação alemã, de investir mais 12 milhões de euros na questão da promoção do manejo. Seria uma espécie de "Pró-Manejo 2". Segundo TRA o "Pró-Manejo 2", não necessariamente possuirá o nome e formatos atuais e se iniciaria em 2006.

**Fernando Castanheira** (Setor de madeira sólida) ressaltou a importância de abrir vagas para técnicos da área florestal nos concursos públicos para o INCRA e no MDA. Segundo Fernando Castanheira o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA, não têm profissionais de engenharia florestal suficientes para atender a demanda crescente da atividade de manejo florestal.

**Afrânio César Migliari** (Silvicultores e Manejadores de Floresta) declarou que no Estado do Mato Grosso a carteira de projetos florestais encaminhados ao Pró-Natureza, Banco do Brasil e FCO do Mato Grosso, infelizmente não obtém financiamento. Segundo Afrânio César Migliari, o problema está em nível de gerência, pois os superintendentes dos bancos estão bem esclarecidos a respeito do assunto.

Afrânio sugeriu também que a capacitação e assistência técnica fossem estendidas aos plantios florestais, de forma semelhante ao Pró-Manejo, pois não existem programas Governamentais neste formato fomentados pelo Governo Federal.

**Mauro Antônio Moraes Victor** (SBPC) solicitou que a 7ª.Reunião da Conaflo que foi realizada em Manaus tivesse as suas memórias registradas e disponibilizadas aos membros. Segundo Mauro Victor, apesar de não ter havido quorum os Conselheiros estavam presentes e o nível das contribuições científicas foram muito boas.

**Carlos Adolfo Bantel** (SBEF) referindo-se aos editais de assistência técnica do MMA, declarou ter preocupação em relação à tendência do Ministério do Meio Ambiente em fazer os convênios que, segundo este, na verdade, conflitam com o art. 23 e 24 da Constituição. De acordo com Bantel, a partir do momento em que nos estados existem organismos preparados para atuar nessa atividade, a União não deveria fazer nada mais do que repassar esses valores aos estados e os estados é que devem fazer esse tipo de convênio com as entidades ou com os

municípios e os municípios fazer os convênios com as entidades. Bantel disse ainda que nos estados aonde não existe uma organização preparada para tal, a União deveria se preocupar, e neste caso, o Ministério do Meio Ambiente, em que estas sejam instaladas no estado para que sejam ativadas essas atividades em nível estadual.

**3.2.3 Tasso Rezende de Azevedo** (SBF/MMA). respondendo aos questionamentos dos Senhores Paulo Pellegrini e Afrânio César Migliari, declarou que o tema financiamento na atividade florestal já vem sendo discutido em reuniões anteriores, e que inclusive teve a proposta do Sr. Cornacchioni, representante do setor de papel e celulose, que foi aprovada na 6ª. Reunião. Segundo Tasso a proposta foi de que se fizesse uma comissão, dentro do CONAFLO, para tratar desse tema, entretanto até o momento somente foi indicado um membro do setor empresarial da área de plantações: o Sr. Rubens Garlipp, da SBS. Tasso ressaltou a importância de retomar o tema e declarou que já existem avanços significativos no PROPFLORA e no PRONAF Florestal, porém há problemas com o FNE, FCO e FNO.

Ainda segundo Tasso Rezende de Azevedo quanto a questão levantada pelo Sr. Bantel, respondeu que os convênios estabelecidos pelo MMA em seus editais, não conflitam com a Constituição e que este assunto seria abordado com mais profundidade em seguida, juntamente com o tema de pauta: descentralização.

**Paulo Sérgio Pellegrini** (ABEMA–Nordeste) propôs que fosse formada naquela Reunião, uma comissão dentre os membros da Conaflor para estudar e sugerir melhorias para o FNE e FNO.

#### **Encaminhamentos:**

1. Foi constituído o Grupo de Trabalho para o tema : Linhas de financiamento de plantios florestais e do manejo florestal. Foram indicados os seguintes membros: Paulo Sérgio Pellegrini(ABEMA), Pedro Roberto Madruga (Academia), Rubens Cristiano Damas Garlipp (Setor produtivo) e Vitor Afonso Hoeflich (Governo Federal). As ONG's enviarão os nomes para completar o grupo em novembro.

**3.2.4 João Paulo Capobianco** (SBF/MMA) encerrou as discussões e propôs a passagem para o tema seguinte da pauta: Revisão do Estudo Estratégico sobre Impactos Sócio-ambientais em Florestas Plantadas.

### **3.3. Informe Editais de Assistência Técnica do PNF**

**3.3.1. Tasso Rezende de Azevedo** (SBF/MMA) prosseguiu explicando sobre o Estudo Estratégico sobre Impactos Sócio-ambientais em Florestas Plantadas no Brasil, encomendado pela CONAFLO e declarou que para este estudo houve um amplo debate e sete encaminhamentos. De acordo com Tasso todos aqueles que foram citados no relatório foram contatados pelo PNF solicitando que eles fizessem os devidos comentários, sugestões e correções.

Segundo Tasso Rezende de Azevedo foram recebidas 27 respostas formais, apontando erros nas citações e problemas de consistência que foram organizadas e sumariadas para facilitar o entendimento. Foi feita também uma nota explicativa, informando que esse relatório não representava a opinião nem dos membros da CONAFLO, nem a opinião

da CONAFLOOR como um todo, nem das instituições que estão aqui, que era um relatório encomendado e representava a opinião dos consultores que apresentaram esse relatório.

Tasso Rezende de Azevedo explicou que a coordenadora do estudo também recebeu as respostas e preferiu manter o texto original anexando os comentários ao estudo.

Tasso Rezende de Azevedo declarou que antes desse documento poder circular, ele vai voltar para a CONAFLOOR para ser analisado e receber novas contribuições e informou também que a partir do documento completo está sendo extraído um mais sucinto focando a metodologia utilizada e a identificação dos tipos de conflitos e de soluções encontradas para os mesmos. Esse documento deverá ser submetido a apreciação da CONAFLOOR, antes que possa ser disponibilizado e publicado.

**José Rubens Pereira Gomes** (Bioma Amazônia) solicitou a CONAFLOOR a supressão do comentário do Walter Suiter Filho (Ex Secretário Executivo do FSC) feito a coordenador do Estudo Estratégico sobre Impactos Sócio-ambientais em Florestas Plantadas no Brasil.

**Carlos Adolfo Bantel** (SBEF) comentou que uma das entidades citadas no relatório não recebeu nenhum tipo de contato e solicitou que se abrisse novamente o prazo para que esta se manifestasse a respeito.

**3.3.2. Tasso Rezende de Azevedo** (SBF/MMA) declarou que houve três casos de entidades citadas no relatório que não foram encontradas, dentre elas a Itapeva Florestal e solicitou ao Sr. Carlos Adolfo Bantel que informasse o contato. Tasso Azevedo explicou que nenhum dos membros foi especificamente contatado porque foi uma decisão da CONAFLOOR.

**Mauro Antônio Moraes Victor** (SBPC) comentou que esse estudo é extremamente polêmico, mas a forma pela qual está sendo pensado em retrabalhar o problema com as suas revisões e suas várias rodadas parece muito cauteloso porque na realidade o empresariado é muito reativo quanto a esse documento. Segundo Mauro Vitor, ao estudar os depoimentos, este concluiu que um problema estritamente silvicultural que repercute nos componentes institucional e no político de uma maneira extremamente grave e preocupante. Mauro Victor declarou que os bosques plantados têm que ser bosques democráticos como forma de diminuir os conflitos em torno dos mesmos.

**Henrique Moreira de Melo Silva** (ABEEF) solicitou que se registrasse a reportagem do Globo Rural do último domingo, dia 20/10 que denuncia a empresa Plantar como uma das causadoras de graves problemas ambientais no Norte de Minas Gerais na região de Januária, a qual teria desmatado e abandonado uma área de 20 mil hectares, causando graves problemas de assoreamento ao Rio São Francisco e seus afluentes naquela região.

**Carlos Alberto Dayrell** (Bioma Cerrado e Pantanal) declarou que o relatório de conflitos socioambientais não aborda as questões em sentido mais amplo e citou como exemplo Minas Gerais que, segundo este, não foi contemplada em sua totalidade e que a Política Florestal Brasileira e o modelo adotado para os novos plantios, continuam provocando graves impactos e deixando passivos sócio-ambientais muito graves.

De acordo com Carlos Alberto Dayrell o Ministério do Meio Ambiente e a CONAFLOr deveriam ouvir diretamente os atingidos. Carlos Alberto Dayrell declarou não ter legitimidade para fazer essa intermediação na discussão desse tema e solicitou que ficasse registrado que este foi um o motivo de não ter comparecido a reunião anterior que tratou do tema de conflitos sócio-ambientais.

**Oscar Arruda D'Alva** (Bioma Caatinga) apoiou a posição do Sr. Carlos Alberto Dayrell

- 3.3.3. **João Paulo Capobianco** (SBF/MMA) informou que o relatório de conflitos sócio-ambientais voltaria a ser discutido na próxima reunião da CONAFLOr e portanto o assunto não estaria sendo encerrado naquela oportunidade. De acordo com Capobianco, o que estava informando como foram os encaminhamentos aprovadas na reunião do CONAFLOr.

Capobianco declarou que o objetivo do estudo para a CONAFLOr foi identificar e mapear os impactos sócio-ambientais de florestas plantadas para embasar as políticas públicas para a expansão da base florestal sem acirrar, nem ampliar problemas sociais e ambientais.

- 3.3.4. **Tasso Rezende de Azevedo** comentou que o relatório de impactos socioambientais de florestas plantadas não foi só criticado pelas empresas, e declarou que houveram críticas do setor acadêmico, fortes críticas dos Governos Estaduais, críticas das ONGs e movimentos sociais e concluiu afirmando que a revisão do relatório é uma demanda de todos estes setores.

- 3.3.5. **João Paulo Capobianco** (SBF/MMA) leva a plenária proposição do Sr. José Rubens Pereira Gomes, para que houvesse a formação da CONAFLOr para acompanhar as reuniões promovidas pelo FCS junto com organizações do movimento social a respeito dos conflitos socioambientais de florestas plantadas. Em seguida a proposta oi aprovada pela plenária.

#### **Encaminhamentos:**

2. Durante a Reunião foi constituído o Grupo de Trabalho para acompanhar o o andamento dos trabalhos fo FSC sobre Conflitos sócio-ambientais relacionados com a expansão da base florestal plantada e estratégias de minimização dos conflitos identificados. Foram indicados os membros: Antonio Lopes de Carvalho (Moviemtnos Sociais) Marcelo Calazans (ONG's), Mauro Antônio Moraes Victor (Academia), Paulo Sérgio Pellegrini (ABEMA) e Vitor Afonso Hoeflich (EMBRAPA)

**Carlos Adolfo Bantel** (SBEF) comentou que pode ser missão da CONAFLOr contatar e pressionar o sistema CONFEA/CREA para dinamizar a fiscalização profissional e de atividades na área abrangente do próprio CONAFLOr no caso florestas e meio ambiente. Segundo este o próprio Sistema CONFEA/CREA já está representado na CONAFLOr por entidades que fazem parte do colégio de entidades nacionais.

#### **4. Descentralização da Gestão Florestal [TP-04]**

**4.1. João Paulo Capobianco** (SBF/MMA) agradeceu as opiniões e passou para o tema de pauta: Descentralização da gestão florestal.

**4.2. Tasso Rezende de Azevedo** (SBF/MMA) procedeu a apresentação do tema de pauta: Descentralização da Gestão Florestal – Competências da União Estados e Municípios.

**Paulo Sérgio Pellegrini** (ABEMA–Nordeste) comentou na Constituição fala, no art. 24, estabelece normas gerais e que a Bahia, desde 94 tem a sua legislação florestal própria e com isso a legislação não pode ser submissa a ATPF. Pellegrini declarou também que o problema do crédito do volume florestal nas mãos do IBAMA não funciona, pois o dinheiro arrecadado não é aplicado nos estados de origem o que contrairia a legislação vigente no Estado da Bahia.

Paulo Sérgio Pellegrini sugeriu que as normas gerais emitidas pelo IBAMA quanto a descentralização da gestão florestal fossem discutidas nas três esferas para que ela tivesse uma efetividade maior.

Paulo Sérgio Pellegrini comentou também que o estado quer assegurar que o material lenhoso, oriundo da fronteira agrícola, tenha um cunho econômico e seja aproveitado, e não simplesmente queimado, e que os consumidores tenham a obrigação de repor aquela biomassa evitando maiores desmatamentos.

**Claudia Azevedo Ramos** (Bioma Amazônia) solicitou esclarecimentos sobre o papel da CONAFLORE no debate sobre a descentralização da gestão florestal

**Carlos Adolfo Bantel** (SBEF) comentou que o art. 19 foi criado em 1989 e, portanto após a Constituição sendo por esse motivo inconstitucional por não regular os artigos 23 e 24 complementarmente, como a Constituição previra e que na verdade aquele artigo cria normas e corrige uns assuntos do art. 19 e da lei 4.771. Bantel ainda propôs levar o assunto até as bases, argumentando que desta forma a decisão seria mais consciente e respaldada.

**4.3 Tasso Rezende de Azevedo** (SBF/MMA) relatou que o processo de descentralização já está acontecendo pois já estava previsto na Constituição e por ser um tema importante, o trouxe para debate na CONAFLORE e sugeriu que os Membros enviassem comentários para que o assunto fosse discutido na reunião seguinte.

Tasso Rezende de Azevedo destacou que uma vez que a regra geral para a descentralização da gestão florestal tiver sido definida pela Federação, sua aplicação passará a ser feita, na sua grande maioria, por estados e municípios. Tasso afirmou ser fundamental que cada instrução normativa ou as normas que sejam feitas sejam discutidas com os outros entes Federativos.

**4.4. João Paulo Capobianco** (SBF/MMA) encerrou as discussões na parte da manhã, após verificar que não haviam mais inscritos.

#### **Intervalo para o almoço**

**Tasso Rezende De Azevedo** (MMA/PNF) confirmou a divisão dos grupos de trabalho para os temas: Linhas de financiamento de plantios



florestais e do manejo florestal e Conflitos sócio-ambientais relacionados com a expansão da base florestal plantada.

**Paulo Sérgio Pellegrini** (ABEMA – NORDESTE) – Comentou que seria interessante que na área de financiamento houvesse um grupo de trabalho destinado à região Centro Oeste ou até um por cada Estado.

**Mauro Antônio Moraes Victor** (SBPC) anunciou o lançamento do Livro 10 Anos de Devastação do Estado de São Paulo, Agradeceu ao Ministério do Meio Ambiente pela publicação, discursou, criticando o modelo “ecológico” atual, citou Euclides da Cunha. e se referiu a Ministra Marina Silva como “uma digna depositária dessa chama sagrada”. Mauro Vitor ainda se referiu a CONAFLORES como “plural que representa vários setores e segmentos e pensamentos da vida brasileira” e afirmou ter certeza que haverá espaço para uma grande interlocução nacional e internacional através da CONAFLORES.

**Tasso Rezende De Azevedo** (MMA/PNF) sugeriu que fosse reorganizada a pauta. Propôs a discussão sobre a questão da cota de reserva florestal com a presença do Jorge do Ministério da Fazenda, em seguida, os informes, e depois o distrito florestal sustentável.

**Claudia Azevedo Ramos** (Bioma Amazônia) propôs que se deixasse os informes para o final e que se debatesse os temas que são de fato da pauta.

**Tasso Rezende De Azevedo** (PNF/MMA) propôs que fossem feitos pelo menos dois informes, o do GeoBrasil Florestas, e a atualização a respeito da situação dos planos de manejo na Amazônia.

## **5. Regulamentação da Cota de Reserva Florestal[TP-06]**

**5.2. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA)Procedeu a leitura do tema de pauta: regulamentação da cota de reserva florestal. e prometeu enviar a minuta de Decreto (MMA/MF/MAPA) para avaliação. Recomendou que os comentários específicos fossem enviados quinze dias após o recebimento da proposta.

**5.2. Roberto Soje** (MF/SPE) apresentou o tema Regulamentação da Cota de Reserva Florestal e explicou a interface da questão da reserva legal com a atividade econômica e como esta afeta diretamente os produtores rurais. Falou também da necessidade de compatibilizar a atividade econômica com a sustentabilidade ambiental.

**5.3. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) abriu as inscrições e em seguida passou as palavras aos membros.

**Ana Cristina Barros** (Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais - Caatinga) perguntou se a proposta de Regulamentação da Cota de Reserva Florestal apenas previa ou se ela está desenhada como mecanismo de transação privada entre propriedades. Questionou também se esta proposta trataria de áreas públicas, devolutas ou Unidades de Conservação e qual a estimativa do tamanho desse mercado.

**Paulo Sérgio Pellegrini** (ABEMA – NORDESTE) declarou que a partir do momento que um organismo for definido para acreditar as cotas de reserva florestal vai ser gerado um mercado cativo e irá começar a onerar as reservas legais. Pellegrini ainda comentou que os proprietários rurais, principalmente, os pequenos tenderão a não utilizar o sistema e citou como exemplo a experiência do Estado da Bahia em que a partir do momento que o sistema foi simplificado e o CREA foi colocado como parceiro através da Responsabilidade Técnica, conseguiu-se ampliar o averbamento de reservas legais.

**Afrânio César Migliari** (Silvicultores e Manejadores de Floresta) questionou se no caso da reserva legal compensada, seria permitido utilizar o manejo florestal sustentável. Afrânio comentou que a reserva legal é de interesse difuso, e quem tem o ônus de mantê-la é somente produtor rural e que seria importante dividir a responsabilidade pela manutenção da reserva legal com toda sociedade.

**Claudia Azevedo Ramos** (Bioma Amazônia) declarou opinião favorável a compensação da reserva legal, ressaltando, porém, que há alguns problemas como a falta de mecanismos para incentivar os proprietários rurais localizados em regiões onde a agricultura ou pecuária pode ser mais rentável, a manter a floresta em vez de não desmata-la para compensar essa reserva em outro lugar e apoiou a idéia de que houvesse controle social e transparência em todo o processo.

**5.4.. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) declarou que haveria uma série de possibilidades a serem pensadas que poderiam ser viabilizadas para o sistema de compensação de reserva florestal e convocou a Dra. A Roberta Del Giudice, advogada do PNF, a explicar sobre a forma de emissão de títulos de compensação de reserva florestal.

Roberta Del Giudice (PNF/SBF/MMA) esclareceu que, segundo a proposta do MMA, o emissor dos títulos teria que ser sempre um órgão público, porém o vendedor poderia ser público ou privado.

**Roberto Soje** (Ministério da Fazenda - Secretaria de Política Econômica) explicou que o mercado em potencial de cotas de compensação florestal é muito grande visto que a grande maioria das propriedades rurais precisam adequar-se quanto as exigências legais das suas reservas legais.

**5.5. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) declarou que achar o ajuste ideal de funcionamento do sistema de cotas de reserva florestal é difícil, pois é preciso conciliar simplicidade e credibilidade . Tasso também comentou a importância de se ter neste sistema um mecanismo que verificasse, de forma independente, quem está fazendo o trabalho corretamente e citou o IMETRO, argumentando que este é um órgão que possui bastante credibilidade e grande penetração nacional.

**Roberto Soje** (MF/SPE) esclareceu que a responsabilidade da manutenção da vegetação nativa sobre a qual foi emitida a cota seria o Organismo Acreditado que além de se responsabilizar previamente pela existência da via alternativa assim que emitisse o laudo, este também se responsabilizaria por acompanhar se a vegetação nativa estria sendo mantida ou não.

**5.6. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) comentou ser importante também formatar o sistema de cotas de reserva florestal para que este

além de possuir credibilidade e transparência perante a sociedade, ofereça segurança para que quem compre as cotas, não venha ter prejuízos em decorrência da supressão da floresta ocasionada por outrem.

**Roberto Soje** (MF/SPE) comentou que no Artigo 44 da Medida Provisória 2166 é claro em relação ao estabelecimento de cotas de reserva legal e dá respaldo para que este seja regulamentado através de decreto que, segundo Roberto Soje, foi a forma mais segura juridicamente, mais rápida e flexível encontrada para regulamentá-la.

**Pedro Roberto Madruga** (ABEAS) comentou que o custo do mapeamento é extremamente caro e quanto menor a propriedade maior será o valor para mapeá-la e citou o exemplo do Rio grande do Sul, relatando que apesar das propriedades terem, uma área razoavelmente grandes (em média de mil hectares), a grande maioria dos produtores rurais não têm suas áreas zoneadas.

**Henrique Moreira de Melo Silva** (ABEEF) comentou que para que se possa considerar as florestas como recurso renovável, as áreas florestais têm que ser ampliadas e o que na realidade está ocorrendo um processo inverso. Henrique Silva também sugeriu que fosse adotado um sistema de escalonamento quanto à adequação ambiental das propriedades rurais, em que as grandes propriedades tivessem, em relação às pequenas propriedades ou propriedades familiares, maior responsabilidade sobre a adequação ambiental.

**Mauro Antônio Moraes Victor** (SBPC) manifestou sua preocupação em relação ao desmatamento continuado da Floresta Atlântica, especialmente no Estado de São Paulo, ocasionada principalmente pela ocupação urbana desordenada e os problemas ambientais relacionados, enfatizando os riscos para a sustentabilidade da produção de água potável. Mauro Victor também citou um estudo em que a taxa de desmatamento registrada atualmente, quando comparada aos remanescentes florestais existentes, ainda são muito altas.

**Oscar Arruda D'Alva** colocou que o mecanismo de cotas de reserva florestal abre precedente para que prevaleça a lógica do mercado onde poderão predominar áreas homogêneas sem cobertura florestal, nem corredoras ecológicas. Segundo este, este sistema estimularia a expansão agrícola.

**Carlos Adolfo Bantel** (SBEF) fez questionamentos em relação a averbação em matrícula, a compensação do cedente e do receptor, a ligação entre os fragmentos das APPs e responsabilidades quanto a reserva legal após a divisão da propriedade sob sistema de cotas de reserva florestal.

**Carlos Alberto Dayrell** (Bioma Cerrado e Pantanal) ressaltou a importância de discutir mais o assunto e colocou que existe o risco de que algumas regiões que hoje são marginais, poderão ter suas áreas adquiridas para compensar atividade produtiva de outras, desvalorizando-as do ponto de vista da agricultura. Dayrell também declarou que deve-se considerar também as regiões cujos ecossistemas encontram-se sob grande pressão devem receber tratamento especial nessas questões.

**Girolamo Domenico Treccani** (CONTAG) declarou que, pela complexidade do assunto tratado e dos vários questionamentos existentes, este assunto deveria ser discutido amplamente, para que o futuro Decreto de regulamentação do sistema de cotas de reserva florestal seja bem trabalhado.

**Ana Cristina Barros** (Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais – Caatinga) declarou que a proposta possui dois elementos novos fundamentais gera recurso e divide responsabilidades e interesses, transferindo parte da responsabilidade que teoricamente concentra-se hoje na mão do poder público para o setor privado. Ana Barros também solicitou esclarecimentos sobre como funcionaria este sistema.

**5.7. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) declarou que naquela discussão se estava partindo do princípio de que o mecanismo gera uma oportunidade e que a questão a ser discutida seria criar soluções para eliminar os riscos e aprimorá-lo. Tasso comentou sobre a possibilidade de ser discutido a averbação temporária no caso do o título ser temporário. Tasso explicou que no sistema de cotas, a reserva legal continua tendo todas as suas funcionalidades, podendo ser manejada.

Citando a fala do Sr. Oscar Arruda D'Alva, Tasso Azevedo comentou que deveriam ser criados mecanismos para impedir que os instrumentos do mercado definam onde vai estar à floresta, sem considerar os componentes ambientais e sociais. Comentou ainda que o grande objetivo deste mecanismo é incentivar a recuperação florestal, através de instrumentos de mercado que ajudem a remunerar os serviços ambientais.

**Roberto Soje** (SPE/MF) esclareceu que a idéia é que a CERTIP - Central de Registros de Títulos e Valores Imobiliários seria incumbida de fazer toda a certificação de registros de títulos privados e comentou que esta é uma entidade pertencente aos bancos que tem toda capacidade técnica e financeira para realizar o trabalho, além e se disporem a montar o sistema sem que o governo ou as entidades precisassem desprender recursos para fazê-lo.

**Vitor Afonso Hoeflich** (EMBRAPA) parabenizou a presença do Sr. Roberto Soje e declarou que o poder público tem também o compromisso com o resgate do chamado passivo ambiental.

**5.8. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) propôs incorporar todas as discussões e preocupações ao Decreto e elaborar um documento explicativo para serem disponibilizados aos interessados. Segundo Tasso Azevedo, o tema também seria colocado sob consulta pública.

**5.9 Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) agradeceu pelas contribuições a discussão e ao Sr. Roberto Soje, e solicitou passar ao tema seguinte da Pauta.

## **6. Informes - 2ª Parte [TP-07]**

### **6.1. Informe Geo Brasil Florestal**

**6.1.1.. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) prosseguiu com os informes, procedendo a leitura do informe sobre o Geo Brasil Florestal.

**Carlos Alberto Dayrell** (Bioma Cerrado e Pantanal) comentou que a metodologia utilizada no projeto Geo Brasil Florestal era interessante e questionou se, seriam consideradas neste estudo as formações arbóreas do Cerrado, a Catinga, a Mata Atlântida.

**6.1.2. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) explicou que, segundo a metodologia utilizada naquele estudo, a Catinga, o Cerrado, Mata Atlântica e os demais biomas brasileiros com formações arbóreas, seriam incluídos neste estudo.

**Rubens Cristiano Damas Garlipp** (Silvicultores e Manejadores de Florestas) solicitou que o assunto da suspensão dos planos de manejo florestal na Amazônia fosse priorizado na pauta.

**6.1.3.. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) declarou estar solidário com as questões levantadas pelo Sr. Rubens Garlipp, porém que era necessário seguir com os informes e concluiu falando sobre o projeto Geo Brasil Florestas.

**Carlos Adolfo Bantel** (SBEF) questionou se haveria uma classificação ou definição oficial de florestas.

**6.1.4.. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) respondeu ao questionamento do Sr. Carlos Bantel, informando que foi adotada a definição de florestais utilizada no mundo inteiro pela FAO

Respondendo ao questionamento do Sr. Rubens Garlipp, Tasso Azevedo informou que a suspensão dos planos de manejo florestal e autorizações de desmatamento foi resultado de uma demanda que veio tanto do Ministério Público, quanto da Ouvidoria Agrária da União, as quais determinaram que a aprovação destes em terras públicas era ilegal. Segundo Tasso, este fato foi um dos grandes impulsionadores para o desenvolvimento do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, como tentativa de resolução deste impasse.

Segundo Tasso cerca de 80% dos planos de manejo existentes e mais de 90% do volume que poderia ser autorizado abrangem áreas públicas ou em que a situação fundiária não está regular, o que causou o entrave de vários planos de manejo florestal.

Tasso Azevedo também relatou que, no caso do Pará, vários dos planos de manejo estão em áreas que estão sendo transformadas em unidades de conservação, segundo o planejamento que está sendo feito ao longo da BR 163, o que levou a não aprovação dos POAs. Tasso também fez um relato das operações de combate a corrupção.

**Rubens Cristiano Damas Garlipp** (Silvicultores e Manejadores de Floresta) declarou que forma como foi feito a suspensão dos POAs dos vários planos de manejo florestal na Amazônia afetou principalmente os aqueles que tentam realizá-los dentro da legalidade, inclusive os de florestas certificadas e que entretanto não houve efeito significativo sobre a produção irregular de madeira na Amazônia. Segundo Garlipp, prova disso é que não houve diminuição da oferta nem aumento de preço da madeira no Estado de São Paulo.

Durante a sua fala, Garlipp disse que o Governo deveria achar uma solução não penalizasse as boas iniciativas de manejo florestal na Amazônia e citou que no Seminário do GTA em Belém foi aprovada uma

Moção solicitando a imediata resolução das pendências de planos operacionais anuais das empresas certificadas comunidades certificadas.

**Fernando Castanheira** (Madeira Sólida) manifestou apoio das declarações do Sr. Rubens Garlipp e declarou não concordar com as medidas tomadas pelo Governo em relação aos POAs. Fernando Castanheira também declarou o apoio do setor de Madeira Sólida ao Projeto de Lei de Concessão de Florestas Públicas, e criticou o Governo por não participar do Congresso Florestal e do Congresso Internacional de Madeira Tropical, dizendo que a única exceção foi a presença Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

**Mauro Antônio Moraes Victor** (SBPC) manifestou apoio às posições do Sr. Rubens Garlipp e afirmou, que apesar das medidas governamentais, o mercado de madeira continuava abastecido. Citando estudos do Imazon, Mauro Victor declarou que existem um milhão de amazônidas envolvidos no mercado da madeira licita e sugeriu que a CONAFLORE encaminhasse Moção à Ministra do Meio Ambiente solicitando a resolução do impasse em relação a paralisação dos POAs na Amazônia.

**Antonio Lopes de Carvalho** (CONTICOM) declarou ser favorável a medidas de repressão a exploração e comércio de madeira ilegal porém que a forma como estava sendo feita pelo Governo punia também aqueles que estavam trabalhando dentro da legalidade.

**6.1.5. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) informou, citando números do Imazon, que apesar do setor florestal de uma forma geral ter crescido, a produção de madeira de florestas nativas estava passando pela maior restrição da história. Citou ainda que segundo o IPT, o preço das madeiras nativas da Amazônia em São Paulo havia subido e que sua oferta teria sofrido forte queda.

Tasso declarou que “todo o esforço dentro limite do que é legal e possível está sendo feito, mas que a sociedade pressiona no sentido de tomar tais medidas restritivas”. Tasso também comentou que se estava tentando resolver os casos dos planos de manejo florestal daqueles que sabidamente têm boas iniciativas e trabalham dentro da legalidade e que por isso foram recebidas acusações de proteção indevida a tais empreendimentos, o que remeteria a improbidade administrativa do gestor público. Tasso ressaltou o problema era de difícil resolução pelos meios atualmente disponíveis.

**Rubens Cristiano Damas Garlipp** (Silvicultores e Manejadores de Floresta) declarou que no seminário de Belém mostrou que o Movimento Social e o Movimento sócio ambiental da Amazônia estavam preocupados e apoiavam as iniciativas para buscar a legalidade. Garlipp informou que a Moção elaborada naquele seminário seria encaminhada ao Presidente da República.

Rubens Garlipp declarou que estava defendendo o manejo florestal e as comunidades dependentes desta atividade e da manutenção da floresta. Garlipp reconheceu as dificuldades enfrentadas pelo MMA e IBAMA e, mencionando Mauro Victor, sugeriu que a CONAFLORE encaminhasse uma Moção que incluísse as 36 Instituições componentes em defesa do manejo florestal na Amazônia.

## **6.2. Informe Revisão da Regulamentação do Manejo Florestal**

**6.2.1. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) explicou sobre o assunto de Pauta: Revisão da Regulamentação do Manejo Florestal e explicou que este seria colocado sob consulta pública e que esta deveria receber contribuições via internet até a semana seguinte a Reunião da CONAFLO

Tasso Azevedo informou que haviam sido tratados de dois temas de pauta a serem tratados que apesar de importantes, seriam de fácil entendimento.

Tasso comunicou o lançamento da Segunda Chamada os Projetos ABC/MRE/ITTO, e informou que os projetos aprovados no edital anterior estavam prestes a serem apoiados pela ITTO e que encaminharia "e-mail" a todos informando os detalhes.

## **7. Encerramento**

**7.1. Tasso Rezende de Azevedo** (PNF/MMA) Tasso deu por encerrada a IX Reunião da CONAFLO e convidou todos a prestigiarem o lançamento do Livro 100 Anos de Devastação, após o fechamento dos trabalhos às 17h 10 min.

## Anexo 1. Lista dos Participantes da Reunião

### MEMBROS CONAFLO

<b>Nome do Membro</b>	<b>Instituição</b>
Adalberto da Costa Meira Filho	IBAMA
Afrânio César Migliari	Silvicultores e Manejadores de Floresta
Alessandra D'Aqui Velloso	Ministério da Integração Nacional
Ana Cristina Barros	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Caatinga)
Antonio Lopes de Carvalho	CONTICOM - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Madeira
Carlos Adolfo Bantel	SBEF - Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais
Carlos Alberto Dayrell	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Cerrado e Pantanal)
Cláudia Azevedo Ramos	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Amazônia)
Eduardo Monteiro Fagundes	Óleos e Resinas
Fernando Castanheira Neto	Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal
Girolamo Domenico Treccani	CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
Helder Bolognani Andrade	V & M Florestal LTDA.
Henrique Moreira de Melo Silva	ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
João Paulo Ribeiro Capobianco	Ministério do Meio Ambiente
Joaquim Correa de Souza Belo	Comunidades Extrativistas
José Rubens Pereira Gomes	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Amazônia)
Luiz Carlos de Miranda Joels	Ministério da Ciência e Tecnologia
Luiz Cornacchioni	Chapas, celulose e papel
Oscar Arruda D'alva	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Caatinga)
Paulo Kageyama	Ministério do Meio Ambiente
Paulo Sérgio Pellegrini	ABEMA Nordeste
Pedro Roberto Madruga	ABEAS - Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
Rosângela Maria Mancini Hernandes	Fármacos, alimentos e cosméticos
Tasso Rezende de Azevedo	Ministério do Meio Ambiente
Vitor Afonso Hoeflich	EMBRAPA
Viviane Vazzi Pedro	Ministério da Educação

### CONVIDADOS

<b>Nome do Convidado</b>	<b>Instituição</b>
Cezar Augusto dos Reis	ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
Cláudia M. Mello Rosa	MMA/SBF/DIFLOR
Crístian Bacelar Santos	MMA/SBF/DIFLOR
Júlio Carlos França Resende	Ministério da Ciência e Tecnologia
Vladimir Ognaskas Filho	ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal